

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	14
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	17
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	18
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	180.894
Preferenciais	1.025.897
Total	1.206.791
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	16.562	16.590
1.01	Ativo Circulante	0	1
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	1
1.02	Ativo Não Circulante	16.562	16.589
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.608	4.509
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	3.595	3.503
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	3.595	3.503
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.013	1.006
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.013	1.006
1.02.03	Imobilizado	11.954	12.080
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.954	12.080
1.02.03.01.01	Custo Histórico	17.127	17.127
1.02.03.01.02	Depreciação Acumulada	-3.031	-2.904
1.02.03.01.03	Provisão pra Perdas	-2.142	-2.143

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	16.562	16.590
2.01	Passivo Circulante	304	205
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6	8
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1	1
2.01.01.01.01	INSS a Recolher	1	1
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5	7
2.01.01.02.01	Salários a Pagar	1	2
2.01.01.02.02	Férias a Pagar - 1/12 Avos Mensal	2	4
2.01.01.02.03	INSS S/ Férias a Pagar - 1/12 Avos Mensal	1	1
2.01.01.02.04	FGTS S/ Férias a Pagar - 1/12 Avos Mensal	1	0
2.01.02	Fornecedores	53	54
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	53	54
2.01.03	Obrigações Fiscais	245	143
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	180	108
2.01.03.01.03	CSRF a Recolher	2	1
2.01.03.01.05	CVM	106	65
2.01.03.01.08	Pis a Recolher	1	1
2.01.03.01.09	Cofins a Recolher	7	3
2.01.03.01.10	Parcelamento Lei 11.941/2009	10	6
2.01.03.01.11	Parcelamento Lei 12.996/2014	54	32
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	65	35
2.01.03.03.02	Parcelamento Ordinário IPTU	65	35
2.02	Passivo Não Circulante	99.982	97.443
2.02.02	Outras Obrigações	99.982	97.443
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	97.104	94.608
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	97.104	94.608
2.02.02.02	Outros	2.878	2.835
2.02.02.02.03	Parcelamento CVM	20	59
2.02.02.02.04	Parcelamento Lei 11.941/2009	10	16
2.02.02.02.05	Parcelamento Lei 12.996/2014	195	224
2.02.02.02.06	Parcelamento PERT Lei 13.496/2017	2.415	2.415
2.02.02.02.08	Parcelamento - IPTU	133	121
2.02.02.02.09	Débitos com Partes Ligadas	105	0
2.03	Patrimônio Líquido	-83.724	-81.058
2.03.01	Capital Social Realizado	44.070	44.070
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-127.794	-125.128

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-212	-167
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-212	-167
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-212	-167
3.06	Resultado Financeiro	-2.460	-2.320
3.06.01	Receitas Financeiras	92	88
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.552	-2.408
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.672	-2.487
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.672	-2.487
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.672	-2.487

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.672	-2.487
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.672	-2.487

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.601	-2.435
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.541	-2.377
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-60	-58
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.601	2.435

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	44.070	0	0	-125.128	0	-81.058
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	6	0	6
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.070	0	0	-125.122	0	-81.052
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.672	0	-2.672
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.672	0	-2.672
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	44.070	0	0	-127.794	0	-83.724

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	44.070	0	0	-116.018	0	-71.948
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-37	0	-37
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.070	0	0	-116.055	0	-71.985
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.487	0	-2.487
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.487	0	-2.487
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	44.070	0	0	-118.542	0	-74.472

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-70	-15
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-70	-15
7.03	Valor Adicionado Bruto	-70	-15
7.04	Retenções	-125	-147
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-125	-147
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-195	-162
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	92	88
7.06.02	Receitas Financeiras	92	88
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-103	-74
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-103	-74
7.08.01	Pessoal	12	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	10	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	2	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5	6
7.08.02.01	Federais	4	6
7.08.02.03	Municipais	1	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.552	2.407
7.08.03.01	Juros	2.552	2.407
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.672	-2.487
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	-2.672	-2.487

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Apresentamos a Vossas Senhorias as demonstrações contábeis acompanhadas das correspondentes notas explicativas e parecer dos Auditores Independentes, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de março de 2021 e de 2020. Apesar de todos os esforços despendidos por todos os administradores, as atividades operacionais da companhia continuam paralisadas sem previsão da retomada das operações.

Permanecemos à disposição para quaisquer eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Parnamirim (RN), 11 de junho de 2021.

Conselho de Administração

Presidente: Lúcia Maria Barbosa Guimarães

Conselheiro: José Edson Pires Pacífico:

Conselheiro: Ruy Manoel Simões de Carvalho Turza Ferreira

Diretoria:

Diretor-Presidente: Jarbas Guimarães Junior

Diretoria Comercial: Jarbas Guimarães Junior

Diretoria de Relações com Investidores: Ruy Manoel Simões de Carvalho Turza Ferreira

Contador: Francisco Ferreira Paz Junior

CRC 029260 SP/T-PE – “S” RN

Notas Explicativas

TECBLU - TECELAGEM BLUMENAU S/A.
CNPJ nº 08.424.178/0001-71
EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FINOR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em Milhares de Reais

1. Contexto operacional

A empresa é uma sociedade anônima de capital aberto, e tem por objetivo social a industrialização e comercialização de produtos têxteis, principalmente toalhas para rosto, banho e copa.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

O patrimônio líquido da empresa é negativo, pela absorção dos prejuízos acumulados auferidos.

3. Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa (Disponibilidades) - CPC 03

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos de até três meses (90 dias) e com risco insignificante de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos em outros fins. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são registrados em investimentos a curto prazo.

3.2. Outros Créditos e Despesas Antecipadas

Representam os créditos concedidos aos funcionários, assim como adiantamentos concedidos aos sócios e fornecedores. Os adiantamentos a fornecedores representam pagamentos efetuados antecipadamente ao recebimento das mercadorias e que representam direitos que findam mediante a entrega da mercadoria. Em caso contrário, tais direitos se convertem em créditos financeiros a serem ressarcidos pelo fornecedor. As despesas antecipadas são aplicações em recursos cujo benefício ocorrerá no exercício seguinte. Serão apropriadas de acordo com o regime de competência, à medida que as despesas forem sendo efetivamente incorridas.

3.3. Imobilizado - CPC 01 e CPC 27

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes são as seguintes: Veículos - 5 anos; Móveis e Utensílios - 10 anos; Máquinas e Equipamentos - 10 anos; Computadores e Periféricos - 4 anos; Terrenos - sem vida útil estimada.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.4. Intangível - CPC 04

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são: Marcas e Patentes - 5 anos; Para os intangíveis com vida útil infinita, procede-se apenas com o cálculo das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

3.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Atendendo o princípio da relevância contábil, os fornecedores que possuam exigibilidade dentro de até 12 meses foram considerados isentos de despesas de juros.

3.6. Obrigações Fiscais

A empresa adota o regime de tributação pelo Lucro Real no exercício de 2018 e o regime de tributação pelo Lucro Presumido em 2017, e calcula as alíquotas de 15% e 9% sobre a base de cálculo presumida. De acordo com a Lei 9.249/1995, Art. 15, a base de cálculo presumida do IRPJ é de 8% e da CSLL é de 12%.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é apurado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as bases que excederem R\$240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é apurada pela alíquota de 9%. As receitas tributáveis foram reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços - ISS, às alíquotas vigentes em cada região, à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas, às alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente.

3.7. Empréstimos e Financiamentos - CPC 20

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor a pagar incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a entidade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.8. Obrigações Trabalhistas e Sociais

A empresa remunera mensalmente seus funcionários e diretores, e provisiona os valores relativos às férias, 13º salário, licença remunerada, e demais encargos, conforme previsto nos códigos legais e trabalhistas vigentes no País.

3.9. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre fundos, de adiantamentos concedidos e de recebimento de juros decorrente de vendas à prazo. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos.

		Em Mil R\$	
		31/03/2021	31/12/2020
4. Disponibilidades	Bancos c/movimento - Conta 110302		
	Banco Bradesco S/A - c/c 30147-7	-	1
		-	1
5. Realizável a Longo Prazo	Créditos com pessoas ligadas - Conta 120107		
	Murici Agropecuária S/A	3.595	3.503
		3.595	3.503
	Depósitos Judiciais - Conta 120107		
	Depósitos em garantia	1.013	1.006
		1.013	1.006
Total do Realizável a longo prazo		4.608	4.509

Notas Explicativas

TECBLU - TECELAGEM BLUMENAU S/A.
CNPJ nº 08.424.178/0001-71
EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FINOR

6. Ativo Imobilizado - Conta 1203	31/03/2021			31/12/2020	
	CUSTO HISTÓRICO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	PROVISÃO P/PERDAS	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Edificações	14.674	(3.031)	(2.142)	9.501	9.627
Terrenos	2.453	-	-	2.453	2.453
	17.127	(3.031)	(2.142)	11.954	12.080

7. Fornecedores		31/03/2021	31/12/2020
Fornecedores Nacionais - Conta 21020			
Diversos		53	54
		53	54

8. Obrigações Fiscais, Sociais e Trabalhistas		31/03/2021	31/12/2020
Obrigações Fiscais - Conta 210301			
Pis a Recolher		1	1
Cofins a Recolher		7	3
CSRF a Recolher		2	1
Parcelamento CVM		106	65
Parcelamento Lei 11.941/2009		10	6
Parcelamento Lei 12.996/2014		54	32
Parcelamento IPTU		65	35
		245	143
Obrigações Sociais - Conta 210302			
INSS a Recolher		1	1
		1	1
Obrigações Trabalhistas - Conta 210303			
Salários a Pagar		1	2
Provisão de Férias		2	4
Provisão de INSS s/Férias		1	1
Provisão para 13º salário		1	-
		5	7
Total de Obrigações Fiscais, Sociais e Trabalhistas		251	8

9. Débitos com partes relacionadas - Conta 220105		31/03/2021	31/12/2020
São Bento Têxtil Ltda	(i)	43.165	42.061
Itapissuma Agroindustrial e Mercantil Ltda	(ii)	8.720	8.497
Concretudo Construções Ltda	(iii)	45.219	44.050
		97.104	94.608

(i) Contrato de Mútuo.
- Firmado em 14 de agosto de 2018;
- Valor limite: R\$ 60.000.000,00;
- Finalidade: Aplicação de recursos na realização de investimentos ou utilização como capital de giro para a manutenção do projeto localizado no município de Parnamirim (RN);
- Prazo máximo de pagamento: 5 anos, contados a partir da celebração do contrato;
- Encargos financeiros: Variação da TJLP ou a que vier substituí-la, em 6% a.a. até a data do efetivo pagamento.

(ii) Contrato de Mútuo.
- Firmado em 02 de maio de 2018;
- Valor limite: R\$15.000.000,00;
- Finalidade: Aplicação de recursos na realização de investimentos ou utilização como capital de giro para a manutenção do projeto localizado no município de Parnamirim (RN);
- Prazo máximo de pagamento: 5 anos, contados a partir da celebração do contrato;
- Encargos financeiros: Variação da TJLP ou a que vier substituí-la, em 6% a.a. até a data do efetivo pagamento.

(iii) Contrato de Mútuo.
- Firmado em 02 de maio de 2018;
- Valor limite: R\$ 60.000.000,00;
- Finalidade: Aplicação de recursos na realização de investimentos ou utilização como capital de giro para a manutenção do projeto localizado no município de Parnamirim (RN);
- Prazo máximo de pagamento: 5 anos, contados a partir da celebração do contrato;
- Encargos financeiros: Variação da TJLP ou a que vier substituí-la, em 6% a.a. até a data do efetivo pagamento.

10. Débitos com partes ligadas - Conta 220106		31/03/2021	31/12/2020
Cometa Agroindustrial S/A		103	-
Malharia Rebeca S/A		2	-
		105	-

11. Obrigações Fiscais e Sociais		31/03/2021	31/12/2020
Obrigações Fiscais - Conta 220301			
Parcelamento CVM		20	59
Parcelamento Lei 11.941/2009		10	16
Parcelamento Lei 12.996/2014		195	224
Parcelamento IPTU		133	121
Parcelamento PERT Lei 13.496/2017		2.415	2.415
		2.773	2.835

A companhia aderiu, em Dezembro de 2009, ao parcelamento especial dos débitos existentes junto a RFB e PGFN vencidos até 30 de Novembro de 2008 nos termos da Lei n.º 11.941/2009. Em 19 de julho de 2011, a RFB e PGFN autorizaram a consolidação dos débitos, utilizando-se assim, parte dos créditos de prejuízos fiscais acumulados, conforme previsto no art. 1º, § 7º da citada lei. Em dezembro de 2017, a companhia desistiu desse parcelamento e aderiu ao Programa Especial de Recuperação Tributária - PERT, previsto na Lei 13.496/2017, que também prevê, além da redução de juros e multas, a utilização de Prejuízos Fiscais e Base de Cálculo Negativa da CSLL. O efeitos contábeis serão reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício de 2018, considerando que a companhia prestou informações para a consolidação dos débitos em fevereiro de 2018. A companhia ainda aguarda a confirmação dos créditos da compensação de prejuízos fiscais, pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, para proceder os ajustes contábeis e no Livro de Apuração do Lucro Real. Em decorrência do acima mencionado a Companhia reverteu a compensação dos prejuízos fiscais utilizados quando do parcelamento previsto na Lei 11.941/2009.

A companhia também aderiu, em Agosto de 2014, ao parcelamento especial dos débitos existentes junto a RFB e PGFN vencidos até 31 de Dezembro de 2013, nos termos da Lei 12.996/2014, no qual até o mês de dezembro de 2017 não havia sido feita a sua consolidação. Em dezembro de 2017, a companhia desistiu desse parcelamento e aderiu ao Programa Especial de Recuperação Tributária - PERT, previsto na Lei 13.496/2017, que também prevê, além da redução de juros e multas, a utilização de Prejuízos Fiscais e Base de Cálculo Negativa da CSLL. O efeitos contábeis foram reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício de 2018, considerando que a companhia prestou informações para a consolidação dos débitos em fevereiro de 2018 e aguarda a confirmação dos créditos de prejuízos fiscais para efetuar as compensações previstas nos dispositivos legais.

12. Capital social

Notas Explicativas

TECBLU - TECELAGEM BLUMENAU S/A.
CNPJ nº 08.424.178/0001-71
EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FINOR

O capital autorizado é representado por 1.380.000 unidades de ações escriturais, sem valor nominal. O capital subscrito e integralizado de R\$44.070 é representado por 1.207.000 de ações escriturais, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no país, na seguinte distribuição:

Tipo de Ações/ Acionistas	Quantidade Em Mil	% P/ Tipo	% Total
Ordinárias			
Itapissuma Agroindustrial e Mercantil Ltda	8.140	6,75%	45,00%
São Bento Textil Ltda	9.942	8,24%	54,96%
Concretudo Construções Ltda	2	0,00%	0,01%
Jarbas Guimarães Júnior	1	0,00%	0,01%
Outros acionistas	4	0,00%	0,02%
Total ações ordinárias	18.089	14,99%	100,00%
Preferenciais			
Preferenciais Classe A			
Itapissuma Agroindustrial e Mercantil Ltda	564	0,47%	0,55%
São Bento Textil Ltda	12.399	10,27%	12,09%
Concretudo Construções Ltda	8.369	6,93%	8,16%
Outros acionistas	7.275	6,03%	7,09%
	28.607	23,71%	27,89%
Preferenciais Classe B			
Itapissuma Agroindustrial e Mercantil Ltda	2	0,00%	0,00%
Outros acionistas	12	0,01%	0,01%
	14	0,01%	0,01%
Preferenciais Classe C			
Itapissuma Agroindustrial e Mercantil Ltda	279	0,23%	0,27%
Outros acionistas	73.690	61,06%	71,83%
	73.969	61,29%	72,10%
Total ações preferenciais	102.590	85,01%	100,00%
TOTAL	120.679	100,00%	

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas, gozam de outros direitos legais e estatutários.

13. Seguros

Em 31 de março de 2021, a empresa não mantinha cobertura de seguros.

14. Contingências

Os registros contábeis e fiscais e as operações da empresa estão sujeitas ao exame das autoridades fiscais para eventuais notificações a recolhimentos adicionais de impostos e contribuições, durante os prazos prescricionais, consoantes à legislação específica aplicável. Entretanto existem processos fiscais nºs 000335-48.1996.20.0124; 000334-63.1996.8.20.0124; 000262-13.1995.8.20.0124; 000336-33.1996.8.20.0124; 000410-19.1998.8.20.0124 e 0000264-43.1995.8.20.0124, no montante de R\$ 690.353,97, já com sentença em primeiro grau a favor da Companhia, relacionados ao ICMS do Estado do Rio Grande do Norte, com apelação para o Tribunal, no entanto em 29/10/2020, o STJ confirmou sentença do primeiro grau prolatada na Comarca de Parnamirim/RN, em favor da Tecblu - Tecelagem Blumenau S/A, extinguindo os processos.

15. Recuperação de Empréstimos Compulsórios

A sociedade obteve através de medida administrativa judicial, o resgate de Empréstimos Compulsórios sobre energia elétrica criado nos anos 1960 com a finalidade de gerar recursos ao governo para a expansão do setor elétrico, no montante de R\$ 680.507,76 (seiscentos e oitenta mil, quinhentos e sete reais e setenta e seis centavos. A contribuição era cobrada na conta de luz dos clientes com consumo superior a dois mil quilowatts/hora (kWh) por mês. A cobrança seria extinta em 1977, mas foi prorrogada até 1993.

16. Paralisação das atividades

Em 2008 a companhia teve que paralisar suas atividades operacionais devido, principalmente à conjuntura econômica influenciada pela crise financeira mundial, atrelada a política cambial e a invasão de produtos importados dentro do setor têxtil. Desde aquele ano a companhia vem tentando atrair investidores que pudessem aportar recursos que possibilitassem a retomada de suas atividades, porém sem êxito. Os acionistas controladores vêm aportando recursos apenas e tão somente para quitar débitos fiscais parcelados com benefícios de redução de juros e multas concedidos pelo Governo Federal, assim como para a manutenção e proteção de suas instalações. Portanto, o motivo principal que levou a administração da companhia a adotar o pressuposto da continuidade operacional, foi e continua sendo a expectativa de a crise financeira que se acentua no Brasil, seja controlada e que possa obter recursos em médio prazo para a que assim possa retomar suas operações.

Pelo exposto fica evidenciado que, sem alterações nos fatores que levaram à paralisação das atividades, a retomada das operações somente irá acarretar maiores perdas para a companhia (cujo patrimônio líquido já é negativo) e também para seus acionistas.

Presidente: Lucia Maria Barbosa Guimarães

Conselheiro: José Edson Pires Pacífico

Conselheiro: Ruy Manoel Simões de Carvalho Turza Ferreira

DIRETORIA

Diretor-Presidente: Jarbas Guimarães Junior

Diretoria Comercial: Jarbas Guimarães Junior

Diretoria de Relações com Investidores: Ruy Manoel Simões de Carvalho Turza Ferreira

CONTADOR

Francisco Ferreira Paz Junior

Contador - CRC 029260 PE - "S" RN

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE AUDITORIA
TECBLU – TECELAGEM BLUMENAU S/A
CNPJ: 08.424.178/0001-71

1º Trimestre/2021

Responsável Técnico:

Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo
Contador – CRC/PA 002671/O-3

Auditor Independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores das
TECBLU – TECELAGEM BLUMENAU S/A

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis das TECBLU – TECELAGEM BLUMENAU S/A que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do resultado abrangente e demonstração do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das TECBLU – TECELAGEM BLUMENAU S/A em 31 de março de 2021, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação às TECBLU – TECELAGEM BLUMENAU S/A de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ênfase

1. A Companhia paralisou suas atividades operacionais em 03 de julho de 2008. Como consequência da paralisação operacional essa vem acumulando resultados negativos apresentando em 31/mar./21 um Patrimônio Líquido negativo no montante de R\$ 83.724 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos como negociação do imobilizado (parte de prédio/terreno) indicam a existência de incerteza significativa quanto à continuidade da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

2. Em 27 de março de 2018 foi lavrada Escritura Pública de Compromisso de Compra e Venda a terceiros de parte do imobilizado sendo 31,17185% (trinta e um vírgula dezessete mil cento e oitenta e cinco por cento), equivalente a 18.703 m² (dezoito mil e setecentos e três metros quadrados) referente a galpão não residencial construído em terreno próprio de 60.000 m² (sessenta mil

metros quadrados) e 27,8617583% (vinte e sete vírgula oito milhões seiscentos e dezessete mil quinhentos e oitenta e três por cento), equivalente a 33.434,11 m² (trinta e três mil e quatrocentos e trinta e quatro metros quadrados e onze centímetros quadrados) de conjunto industrial construído em terreno próprio de 120.000 m² (cento e vinte mil metros quadrados). Sobre esta venda não foi publicado aviso de Ato e Fato relevante nos termos da Instrução CVM 358 de 03 de janeiro de 2002 e alterações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

3. A Companhia apresenta em 31/mar./21 um saldo em seu Passivo não Circulante de R\$ 97.209,00, referente aos mútuos com coligadas/ligadas. A descontinuidade operacional da Companhia e seus consequentes prejuízos acumulados geram incerteza quanto à liquidação dos referidos débitos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Informação suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

- As Demonstrações encerradas em 31/12/2020 não foram por nós auditadas.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos das TECBLU – TECELAGEM BLUMENAU S/A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém, 21 de março de 2022.

Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo
Auditor Independente CNAI Nº-171
Contador CRC/PA 002671/O-3
IBRACON Nº-3715
CVM 4677

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Parnamirim (RN), 11 de junho de 2021

À
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ASSUNTO: Declarações requeridas – Art. 25º, Instrução CVM 480/2009

Os Administradores da TECBLU – TECELAGEM BLUMENAU S.A., abaixo indicados, declaram para os devidos fins e efeitos, nos termos do Art. 25º, da Instrução CVM 480/2009, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras levantadas em 31/03/2021 e 31/12/2020.

Diretor Presidente: Jarbas Guimarães Junior

Diretoria Comercial: Jarbas Guimarães Junior

Diretoria de Relações com Investidores: Ruy Manoel Simões de Carvalho Turza Ferreira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Parnamirim (RN), 13 de abril de 2022

À
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ASSUNTO: Declarações requeridas – Art. 25º, Instrução CVM 480/2009

Os Administradores da TECBLU – TECELAGEM BLUMENAU S.A., abaixo indicados, declaram para os devidos fins e efeitos, nos termos do Art. 25º, da Instrução CVM 480/2009 que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras emitido em 21 de março de 2022 relativo as demonstrações financeiras levantadas em 31/03/2021 e 31/12/2020.

Diretor Presidente: Jarbas Guimarães Junior

Diretoria Comercial: Jarbas Guimarães Junior

Diretoria de Relações com Investidores: Ruy Manoel Simões de Carvalho Turza Ferreira